A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

CLOBERT LEMOS BATISTA

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Direito Aplicado a Segurança Pública pela Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen.

Resumo: O presente artigo procurou desenvolver um estudo acerca do relaxamento da prisão em flagrante no âmbito do Processo Penal Militar, na esfera estadual, tendo em vista o entendimento doutrinário e jurisprudencial dos Tribunais de Justiça Militar. Neste trabalho, a discussão central é a possibilidade ou não de a autoridade de Polícia Judiciária Militar relaxar a prisão em flagrante em casos de inexistência de infração penal militar ou a não participação da pessoa conduzida. O conduzido deve ser um militar, haja vista a incompetência da Justiça Militar Estadual em julgar civis. Foi realizado um estudo bibliográfico em que se buscou amparo nos ensinamentos de autores de escol, como Cícero Robson Coimbra Neves, José da Silva Loureira Neto, Guilherme de Souza Nucci, dentre outros. Realizou-se um levantamento atual, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, acerca deste tema, com base em conceitos desses renomados doutrinadores e de acórdãos do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais – TJMMG. Necessariamente, levaram-se em conta as disposições constitucionais, pelo fato de a legislação infraconstitucional torna-se válida quando está em consonância com a Constituição Federal de 1988 – CF/88. Ao final, conclui-se que é possível o relaxamento da prisão

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

em flagrante, por parte da autoridade de Polícia Judiciária Militar, em face da inexistência de infração penal militar ou a não participação da pessoa conduzida.

Palavras-chave: Relaxamento. Prisão em flagrante. Autoridade de Polícia Judiciária Militar. Processo Penal Militar.

Abstract. The present article sought to develop a study on the relaxation of the prison in flagrante in the scope of the Military Criminal Procedure, at the state level, in view of the doctrinal and jurisprudential understanding of the Courts of Military Justice. In this work, the central discussion is the possibility or not of the Military Judicial Police authority to relax the arrest in flagrante in cases of military criminal infraction or non-participation of the person conducted. The conductor must be a military man, due to the incompetence of the State Military Court in judging civilians. A bibliographical study was carried out in which the support of the authors was studied, such as Cícero Robson Coimbra Neves, José da Silva Loureiro Neto, Guilherme de Souza Nucci, among others. A current survey was made, both in doctrine and in jurisprudence, on this subject, based on the concepts of these renowned jurists and judgments of the Military Court of Minas Gerais - TJMMG. Necessarily, constitutional provisions have been taken into account, since infra-constitutional legislation becomes valid when it is in line with the Federal Constitution of 1988 - CF / 88. In the end, it is concluded that it is possible to relax the arrest in flagrante, by the Military Judicial Police authority, due to the lack of military criminal infraction or

the non-participation of the person conducted.

Keywords: Relaxation. Arrest in flagrante. Military Judicial Police Authority. Military Criminal Procedure.

1. INTRODUÇÃO

Ao se falar em relaxamento ou não de prisão em flagrante, faz-se necessário contextualizar o tema com o ordenamento jurídico brasileiro, no que tange as disposições constitucionais e infraconstitucionais. A CF/88, em seu artigo 5º, inciso LVII, consubstancia o princípio da presunção de inocência. Do mesmo modo, o Código de Processo Penal Militar – CPPM, em seu artigo 247, § 2º, preleciona que a autoridade de Polícia Judiciária Militar é competente para relaxar a prisão em flagrante nos casos em que se verificar a manifesta inexistência de infração penal militar ou a não participação da pessoa conduzida. Posto isso, considerando o que fora dito com base nos diplomas legais, nasce uma celeuma acerca da competência da autoridade de Polícia Judiciária Militar promover o relaxamento da prisão em flagrante. Certo é que o conduzido deve ser um militar, haja vista a incompetência da Justiça Militar Estadual em julgar civis.

Esse trabalho tem como objetivo geral demonstrar que a autoridade de Polícia Judiciária Militar, segundo o CPPM, é competente para relaxar a prisão em flagrante nos moldes supracitados, em que pese a existência de entendimentos em sentido contrário, o que justifica a presente discussão.

Tem-se como problema a possibilidade de a autoridade de Polícia Judiciária Militar agir em conformidade com o disposto no CPPM e, como hipótese a consideração que a regra, no atual sistema

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

processual constitucional, é não prender, e que na maioria das vezes, prevalece o princípio da presunção de inocência. Nesse sentido, a autoridade de Polícia Judiciária Militar, à guisa do princípio da legalidade, deve relaxar a prisão em flagrante em casos de manifesta inexistência de infração penal militar ou da não participação do militar conduzido.

A metodologia que fora utilizada é uma pesquisa jurídica, com o intuito de discutir a possibilidade de a autoridade de Polícia Judiciária Militar relaxar ou não a prisão em flagrante.

Esta pesquisa fez uso do raciocínio dedutivo, ou seja, aquele que parte do geral para o particular. Segundo Miracy B. S. Gustin e Maria T. F. Dias (2006, p. 23), “O raciocínio dedutivo é um processo que faz referência aos dados de nossa experiência ou às normas e regras em relação a leis e princípios gerais e ao maior número de casos que eles possam ser referidos”. Portanto, será realizada uma discussão teórica acerca da competência da autoridade de Polícia Judiciária Militar. O presente trabalho terá caráter multidisciplinar, o qual preconiza um estudo do Direito Constitucional e do Direito Processual Penal Militar.

Para tanto, o método utilizado foi o bibliográfico, que, segundo Marconi e Lakatos (2005), poderá se valer de fontes secundárias, que abrangem toda bibliografia já tornada publicada em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação orais: rádio, gravação em fitas magnéticas e audiovisuais, filmes e televisão, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto. Dentre os possíveis, foram utilizados, como fonte de pesquisa, a CF/88, o CPPM, bibliografias que tratam do tema, jurisprudências do TJMMG,

tanto por meio digital, quanto em revista publicada por aquele tribunal.

O tema A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante é de grande relevância para a ciência do direito, principalmente considerado o cenário contemporâneo, em que se sabe da pequena quantidade de trabalhos científicos e bibliográficos sobre esse assunto. Também é relevante lembrar que há uma celeuma nos tribunais no que tange ao tema proposto. Nesse sentido, afirma-se que cada vez mais as autoridades com competência de Polícia Judiciária Militar se defrontam com situações capazes de gerar o questionamento: as autoridades de Polícia Judiciária Militar são ou não competentes para relaxar a prisão em flagrante nos casos em que se verificar a manifesta inexistência de infração penal militar ou a não participação da pessoa conduzida? Porém, é evidente que a autoridade deve agir conforme as disposições legais, sob o manto do princípio da legalidade.

Porquanto que uma das funções da autoridade de Polícia Judiciária Militar é ratificar a prisão em flagrante dos militares que infringem a lei, de modo diverso, ao depararem com uma situação inequívoca de inexistência de infração penal militar ou a não participação da pessoa conduzida, a autoridade deverá relaxar a prisão em flagrante, sob pena de estar cometendo o crime de abuso de autoridade:

Com efeito, pelo dispositivo constitucional deverá haver imediata remessa do auto de prisão ao juízo competente, de modo que não é necessária a homologação de prisão em flagrante, respondendo aquele que efetuou a prisão pelo abuso que cometer. (Neves, 2014, p.308).

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

Faz-se mister recorrer à doutrina e jurisprudência para dissertar a acerca do tema. Com isso, esse trabalho científico buscou, por meio das pesquisas realizadas, apresentar uma solução para os problemas correlatos ao tema em tela.

2. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

Para discorrer sobre o tema A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIARIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante, inicialmente é imprescindível recorrer ao Direito Constitucional, de modo a contextualizar o objeto de estudo deste trabalho. Sabe-se que a CF/88 serve como fonte para todo o ordenamento jurídico, e que as normas infraconstitucionais retiram dela seus requisitos de validade.

Este trabalho trata da Polícia Judiciária Militar no âmbito estadual, haja vista que há também essa competência em nível Federal. No tema proposto, será sempre conduzido – autor, um militar, pois, na seara estadual, a Autoridade Militar e Judiciária Militar é incompetente quando o infrator é civil. Nesse sentido, determina o artigo 125, § 4º, CF, in verbis:

Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. (BRASIL, 2014, p. 54-55). A Carta Constitucional de 1988, tida como cidadã, trouxe inovações importantíssimas para o sistema jurídico pátrio. Nesse sentido, destacam-se inúmeros direitos consagrados em seu texto. No rol dos direitos e garantias fundamentais, está previsto o da liberdade. Em seu artigo 5º, inciso LXI, está disposto que

“ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar definidos em lei”. (BRASIL, 2014, p. 24).

Percebe-se a proteção constitucional inerente ao direito de ir e vir das pessoas, ou seja, da liberdade. Portanto, tem-se que a regra, no ordenamento constitucional, é não prender. O cerceamento da liberdade do indivíduo é uma exceção.

Na seara das prisões, existem leis que regulamentam o procedimento para executá-las: os Códigos de Processo Penal comum e militar. Tais leis devem se subsidiar nos mandamentos constitucionais para que sejam válidas.

A CF/88, em seu artigo 5º, inciso LXV, dispõe que “a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária”. (BRASIL, 2014, p. 24). Nesse sentido, se a autoridade de Polícia Judiciária Militar se defrontar com um caso de inexistência de crime ou da não participação do conduzido e, mesmo assim, ratificar a voz de prisão, estaria ela, a autoridade, realizando uma prisão ilegal, que imediatamente seria relaxada pelo juiz, e causaria um transtorno, um dano psicológico e moral, imensurável ao militar preso.

3. DISPOSIÇÕES LEGAIS ACERCA DO TEMA

Uma vez que o Código Penal Militar – CPM, bem como o de Processo Penal Militar, foram criados para definir crimes e regular os processos, respectivamente, na esfera federal – Forças Armadas, as Instituições Militares Estaduais, de forma subsidiária, são também abarcadas pelos referidos diplomas legais. Assim, muitas disposições dos respectivos códigos são obscuras quando tratam da aplicabilidade na esfera estadual.

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

No que tange às pessoas com competência de Polícia Judiciária Militar, assim dispõe o CPPM em seu artigo 7º:

A Polícia Judiciária Militar é exercida nos termos do art. 8º, pelas seguintes autoridades, conforme as respectivas jurisdições:

- a) pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro;
- b) pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em relação a entidades que, por disposição legal, estejam sob sua jurisdição;
- c) pelos chefes de Estado-Maior e pelo secretário-geral da Marinha, nos órgãos, forças e unidades que lhes são subordinados;
- d) pelos comandantes de Exército e pelo comandante-chefe da Esquadra, nos órgãos, forças e unidades compreendidos no âmbito da respectiva ação de comando;
- e) pelos comandantes de Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, nos órgãos e unidades dos respectivos territórios;
- f) pelo secretário do Ministério do Exército e pelo chefe de Gabinete do Ministério da Aeronáutica, nos órgãos e serviços que lhes são subordinados;
- g) pelos diretores e chefes de órgãos, repartições, estabelecimentos ou serviços previstos nas leis de organização básica da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
- h) pelos comandantes de forças, unidades ou navios; (BRASIL, 2014, p. 481).

No âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, as

autoridades que detêm competência de Polícia Judiciária Militar, em razão da função e não do posto, são o Comandante Geral, o Subcomandante-Geral, o Corregedor, os Comandantes de Regiões e equivalentes e os Comandantes de Batalhão e equivalentes.

Às autoridades acima elencadas competem, nos termos do artigo 8º do CPPM:

Compete à Polícia judiciária militar:

- a) apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria;
- b) prestar aos órgãos e juízes da Justiça Militar e aos membros do Ministério Público as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, bem como realizar as diligências que por eles lhe forem requisitadas;
- c) cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar;
- d) representar a autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado;
- e) cumprir as determinações da Justiça Militar relativas aos presos sob sua guarda e responsabilidade, bem como as demais prescrições deste Código, nesse sentido;
- f) solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que esteja a seu cargo;
- g) requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar;
- h) atender, com observância dos regulamentos militares, a pedido

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

de apresentação de militar ou funcionário de repartição militar à autoridade civil competente, desde que legal e fundamentado o pedido. (BRASIL, 2014, p. 481-482).

Atualmente, tem sido causa de discussão a questão da competência conferida à autoridade de Polícia Judiciária Militar pelo CPPM, para relaxar a prisão em flagrante em caso de inexistência de infração penal militar ou da não participação da pessoa conduzida. Por vezes, a exceção se torna regra, ou seja, a prisão é mais comum do que o estado de liberdade. Como citado anteriormente, a CF/88, em seu artigo 5º, inciso LXV, assevera que “a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária” (BRASIL, 2014, p. 24). Já o CPPM, em seu artigo 247, § 2º, assim dispõe:

Se, ao contrário da hipótese prevista no artigo 246, a autoridade militar ou judiciária verificar a manifesta inexistência de infração penal militar ou a não participação da pessoa conduzida, relaxará a prisão. Em se tratando de infração penal comum, remeterá o preso à autoridade civil competente. (BRASIL, 2014, p.496).

As Corregedorias da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, órgãos de correição e fiscalização, editaram uma instrução conjunta, em 03 de fevereiro de 2014, estabelecendo a padronização das atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito daquelas instituições e, em seus artigos 27 e 28, assim dispôs:

Art. 27. Se, ao final da audição do militar conduzido, a Autoridade de Polícia Judiciária Militar verificar a manifesta inexistência da infração penal militar, a não participação do conduzido em sua prática ou a inexistência das situações que autorizam a prisão

em flagrante, nos termos do art. 246 e art. 247, § 2º, ambos do CPPM, não haverá o recolhimento do militar à prisão.

Art. 28. Na hipótese descrita no caput do artigo anterior, serão adotadas as seguintes providências:

I – deixar de expedir a nota de culpa e lavratura dos demais atos subsequentes descritos nos incisos VI a X do art. 26 desta Instrução;

II – deverá o Presidente do APF elaborar o despacho não ratificador da prisão em flagrante, conforme modelo referencial;

III – instaurar, imediatamente, Inquérito Policial Militar. (MINAS GERAIS, 2014, p.50).

Percebe-se a convergência dos dispositivos acima transcritos com a principiologia constitucional. Por mais que a carta constitucional não preveja expressamente em seu texto a possibilidade de uma autoridade que não a judiciária relaxar a prisão em flagrante, com base nos princípios constitucionais, como o da dignidade da pessoa humana, o da presunção de inocência, o da legalidade, a autoridade de Polícia Judiciária Militar age corretamente ao não ratificar o flagrante do conduzido que não tenha participado do crime ou que não tenha praticado crime.

Considera-se crime militar, de acordo com o artigo 9º do CPM:

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

I - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

II - os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

- a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;
- b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
- c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil; (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 8.8.1996).
- d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
- e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;
- f) revogada. (Vide Lei nº 9.299, de 8.8.1996).

III - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

- a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;
- b) em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo;
- c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão,

vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;

d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil serão da competência da justiça comum, salvo quando praticados no contexto de ação militar realizada na forma do art. 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica. (Redação dada pela Lei nº 12.432, de 2011). (BRASIL, 2014, p. 441).

Com base no disposto acima, se o militar conduzido não tiver praticado uma conduta que se amolde aos termos do artigo 9º, à luz da lei penal militar, o fato será atípico. Poderá o militar ter praticado um fato típico conforme previsto na legislação penal comum, e, portanto, falece a competência da autoridade de Polícia Judiciária Militar, motivo por que entrará em cena a figura da autoridade de polícia – o delegado, que será competente para atuar naquele caso.

4. ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO

Para que fosse contextualizado esse assunto, fez-se necessário recorrer à doutrina, que, de forma pertinente, fora escrita por Coimbra Neves, o qual ele assim disciplina:

Com efeito, pelo dispositivo constitucional deverá haver imediata remessa do auto de prisão ao juízo competente, de modo que não é necessária a homologação de prisão em flagrante,

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

respondendo aquele que efetuou a prisão pelo abuso que cometer. Mas, por outro lado, nada tem o dispositivo do CPPM que ver com imediatidade ou não de remessa de auto de prisão a juízo, mas apenas quando a autoridade de Polícia Judiciária Militar, recebendo a apresentação de um preso por uma pessoa ou outra autoridade sem atribuição de Polícia Judiciária Militar, possa livremente, com sua convicção, decidir se há ou não elementos de flagrância, relaxando a prisão pretendida por aquele que tenha dado voz de prisão. (Neves, 2014, p.308)

A competência da autoridade de Polícia Judiciária Militar se restringe, nesse momento, a analisar se houve a prática do crime ou a participação do conduzido, e compete a ela decidir apenas sobre a ratificação ou não da voz de prisão. Guilherme de Souza Nucci, renomado doutrinador, tem seu entendimento alinhado ao de Coimbra Neves e assim preleciona:

Como já exposto na nota ao art. 246, ao término do flagrante, se ficar evidente não ter sido o preso o autor da infração penal, a autoridade militar o coloca em liberdade. Do mesmo modo, tanto a militar, encarregada do inquérito, quanto o juiz podem, também, relaxar a prisão, em duas situações: a) inexistência de crime militar (fato atípico); b) constatação da não participação do conduzido. Notando-se haver infração penal comum, mantém-se o flagrante, encaminhando-o a autoridade civil competente (delegado de polícia responsável). (NUCCI, 2013, p. 256).

Nesse mesmo sentido é o entendimento de José da Silva Loureira Neto, que assim ensina em sua obra:

Clobert Lemos Batista

Pode ocorrer também que, após a lavratura do auto, a autoridade militar ou judiciária verifique a manifesta inexistência de infração penal militar ou a não participação da pessoa conduzida. Nesses casos, sofrendo o preso constrangimento ilegal pelo cerceamento de sua liberdade, determina o código que a autoridade militar ou judiciária relaxará a prisão (art. 247, § 2º). (LOUREIRA NETO, 2010, p.78).

É notável, nos excertos acima, que o entendimento da doutrina majoritária se coaduna com o que é determinado pelo artigo 247, § 2º do CPPM. Em contrapartida, há opiniões em contrário, como ensina Jorge César de Assis, “somente poderá ser feito pela autoridade judiciária competente, a quem a prisão será imediatamente comunicada (CF, art. 5º, LXII)”.

Destarte, entendemos que a possibilidade de relaxamento da prisão por autoridade militar restou derrogada pela nova ordem constitucional. (ASSIS, 2012, p. 360).

Célio Lobão converge seu entendimento ao de Assis: “Se a autoridade militar verificar a inexistência de infração penal militar, ou a não participação da pessoa conduzida, encaminhá-lo-á ao Juízo Militar, juntamente com o auto, cuja lavratura não é dispensável”. (LOBÃO, 2010, p. 322).

Nota-se, portanto, uma divergência de entendimentos entre os doutrinadores, contudo a maioria que escreve sobre o tema se espelha na lei. Em Minas Gerais, no TJMMG, as decisões caminham nesse sentido.

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

5. POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL

Em consonância com o entendimento de Coimbra Neves, Nucci e Loureira Neto, o Egrégio Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, por decisão majoritária, entende, como pode ser observado no seguinte acórdão:

HABEAS CORPUS – REQUISIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIRIGIDA À JUÍZA DE DIREITO DO JUÍZO MILITAR, SOLICITANDO A INSTAURAÇÃO DE IPM COM VISTAS À APURAR CRIME DE PREVARICAÇÃO DO CMT DO 49º BPM – ALEGAÇÃO DE QUE A AUTORIDADE JUDICIÁRIA MILITAR PRATICOU ATO PRIVATIVO DE JUIZ, AO DEIXAR DE RATIFICAR A PRISÃO EM FLAGRANTE DE MILITAR, QUE, EM TESE, TERIA AGIDO AMPARADO EM EXCLUDENTES DE ILICITUDE – DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA O CUMPRIMENTO DA REQUISIÇÃO MINISTERIAL – PACIENTE AGIU AMPARADO PELO ART. 247, § 2º, DO CPPM – AUTORIDADE JUDICIÁRIA MILITAR TEM COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SE DEVE OU NÃO RATIFICAR A PRISÃO EM FLAGRANTE DE MILITAR AMPARADO POR EXCLUDENTE DE ILICITUDE – IPM INSTAURADO PARA APURAR OS FATOS – RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO ENCAMINHADO PARA A AUTORIDADE JUDICIÁRIA – FAVORECIMENTO DO STATUS LIBERTATIS – CERCEAMENTO DA LIBERDADE DO MILITAR É MEDIDA EXTREMA, DE QUE SE DEVE UTILIZAR COMO EXCEÇÃO – PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DA RAZOABILIDADE – CONCESSÃO DA ORDEM. (MINAS GERAIS, TJM. HC. Processo 0001348-47.2014.9.13.0000, Rel. Juiz Cel PM Rúbio Paulino Coelho, 2014).

Em julgado semelhante, o TJMMG manteve seu entendimento de que a autoridade de Polícia Judiciária Militar é competente para relaxar a prisão em flagrante nos termos do artigo 247, § 2º do CPPM:

HABEAS CORPUS - REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIRIGIDO AO JUIZ, PARA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL MILITAR VISANDO A APURAR PRÁTICA DO CRIME DE PREVARICAÇÃO - ALEGAÇÃO DE PRÁTICA DE ATO PRIVATIVO DE JUIZ, AO DEIXAR DE RATIFICAR A PRISÃO EM FLAGRANTE DE MILITAR QUE, A PRIORI, AGIU EM LEGÍTIMA DEFESA - DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL MILITAR - A CONDUTA DO PACIENTE NÃO SE AFASTOU DA LEGALIDADE, CONSTITUINDO VERDADEIRA OBRIGAÇÃO DA AUTORIDADE MILITAR - § 2º DO ART. 247 DO CPPM - AUSÊNCIA DE FATOS QUE, AO MENOS EM TESE, POSSAM SER CONSIDERADOS COMO CRIME MILITAR - AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (IPM) CONTRA O PACIENTE - A INSTAURAÇÃO DE UM IPM SOMENTE É ACEITÁVEL NA HIPÓTESE DE NECESSIDADE DE APURAÇÃO SUMÁRIA DE FATO QUE CONFIGURE CRIME MILITAR - A DETERMINAÇÃO JUDICIAL DA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL É MEDIDA INCOMPATÍVEL COM A IMPARCIALIDADE DO JULGADOR, QUE CARACTERIZA O SISTEMA ACUSATÓRIO - ORDEM CONCEDIDA PARA TRANCAMENTO DO IPM INSTAURADO POR DETERMINAÇÃO DO OFÍCIO JUDICIAL. (MINAS GERAIS, TJM. HC. Processo 0001183-97.2014.9.13.0003, Rel. Juiz Fernando Galvão da Rocha, 2014).

Trata-se de decisões proferidas recentemente – ano 2014 – pelo TJMMG, acerca de relaxamentos de prisões em flagrante realizados por autoridade de Polícia Judiciária Militar: os Comandantes.

Enfim, ainda com base nos julgados do TJMMG, pode-se dizer que a autoridade de Polícia Judiciária Militar é competente para relaxar a prisão em flagrante diante de manifesta inexistência de infração penal militar ou da não participação da pessoa

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

conduzida:

- O CPPM, com base nos artigos 246 e 247, § 2º, institui competência para que a autoridade de Polícia Judiciária Militar decida se o militar amparado por uma ou mais excludentes de ilicitude, em uma ocorrência policial, atuando em ação legítima, deverá ou não ser autuado em flagrante,

- O Auto de Prisão em Flagrante não deverá ser lavrado quando estiver presente uma das hipóteses de excludentes legais de ilicitude. Nesses casos, cabível será a instauração do Inquérito Policial Militar para apuração das provas eficientes de crime e indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva, que poderão fornecer subsídios valiosos um pouco mais à frente para a propositura da prisão preventiva.

- O cerceamento da liberdade do militar é uma medida extrema, de que se deve utilizar como exceção, não podendo tornar-se uma praxe nas centenas de ocorrências, em que presentes se encontram excludentes de ilicitude, o que afrontaria de forma grotesca os princípios da presunção de inocência e da razoabilidade, tão consagrados em nossa na Constituição Federal. (MINAS GERAIS, TJM. HC. Processo 0001348-47.2014.9.13.0000, Rel. Juiz Cel PM Rúbio Paulino Coelho, 2014).

Como já citado anteriormente, a autoridade de Polícia Judiciária Militar só poderá relaxar a prisão em flagrante em caso de inexistência de infração penal militar ou não participação da

pessoa conduzida, de modo que, se for o caso de infração penal comum, deverá encaminhar o conduzido à autoridade civil competente. O Exmo. Sr. Juiz Fernando Galvão assim asseverou:

Com efeito, não se pode conceber que a autoridade de polícia judiciária mande recolher presa pessoa contra a qual entende não pesar a fundada suspeita da prática de crime.

(...) Antes de pensar em liberdade provisória, é necessário considerar a existência de elementos fáticos que autorizem a mudança da situação jurídica do militar conduzido. Para que a autoridade de polícia judiciária recolha o conduzido à prisão, alterando a sua situação fática de liberdade para a de prisão, é necessário constatar a existência de elementos de convicção (indícios) mínimos e suficientes para o reconhecimento da prática de crime. Como, então, exigir que a autoridade policial determine a prisão do conduzido quando entender que inexistem tais elementos? Determinar a prisão, nesses casos, seria cometer crime contra a liberdade do conduzido. (MINAS GERAIS, TJM. HC. Processo 0001183-97.2014.9.13.0003, Rel. Juiz Fernando Galvão da Rocha, 2014).

As recentes decisões do Egrégio Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais consubstanciam, de forma inequívoca, a legalidade, por se prestarem a cumprir um mandamento expresso no CPPM. Também se amoldam por completo aos ditames contidos nos princípios constitucionais já transcritos.

6. CONCLUSÃO

Após uma ampla pesquisa na Constituição Federal, no Código de Processo Penal Militar, na doutrina e na jurisprudência atual

A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante.

do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, sobre o tema A COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: o cabimento do relaxamento da prisão em flagrante foi possível entender que, na atualidade, a autoridade de polícia judiciária é competente para relaxar a prisão em flagrante de um crime militar, desde que o conduzido não tenha concorrido para o crime ou que não tenha existido a infração penal.

É importante lembrar, que para relaxar uma prisão em flagrante, os militares competentes para tal deverão estar investidos nas seguintes funções: Comandante Geral, Subcomandante-geral, Corregedor, Comandantes de Regiões e equivalentes e Comandantes de Batalhões e equivalentes, de acordo com os estudos realizados. É preciso que a autoridade tenha em mente quais são os crimes militares, os quais devem estar previstos no artigo 9º do CPM.

O tema ora discutido, na jurisprudência e na doutrina majoritária, tem entendimento uníssono quanto à competência de a autoridade de Polícia Judiciária Militar em relaxar a prisão em flagrante nos casos de inequívoca inexistência de infração penal militar ou da não participação do militar conduzido.

Seria uma afronta à Constituição Federal, bem como aos princípios nela contidos, exigir da autoridade militar que esta ratificasse a voz de prisão em flagrante, mesmo que ela, a autoridade, constatasse cabalmente a situação prevista no artigo 247, § 2º do CPPM. Restaria comprovado um abuso por parte da autoridade militar, em face do conduzido, se assim procedesse.

Ainda são poucos os estudos acerca do assunto, há uma bibliografia escassa, razão pela qual se fez necessária a realização desta pesquisa, com o intuito de ampliar e divulgar o conhecimento referente ao tema ora abordado.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Jorge César. **Código de Processo Penal Militar anotado**. 1º v. 4. ed. Curitiba:Juruá, 2012.

BRASIL. **Código de Processo Penal Militar (1969)**. 18. ed. São Paulo: Rideel, 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 18. ed. São Paulo: Rideel, 2014.

GUSTIN, Miracy B. S. Dias, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

JUSTIÇA MILITAR. **Homenagem às instituições democráticas**. Revista de ESTUDOS E INFORMAÇÕES, Belo Horizonte, n.37, p. 54-56, mai. 2015.

LOBÃO, Célio. **Direito Processual Penal Militar: Justiça Militar Federal e Estadual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LOUREIRA NETO, José Maria. **Processo Penal Militar**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça Militar. HC. **Processo 0001348-47.2014.9.13.0000**, Rel. Juiz Cel PM Rúbio Paulino Coelho, 2014. Disponível em: <<http://restrito.tjmmg.jus.br/jurisprudencia/assets/pdfs/Ag.%20Reg.%20Proc.%20%200001071-31.2014%20-%20HC%20-20Marconi%20Jos%C3%A9%20Macedo%20-%20Relat%C3%B3rio%20para%20Sr.%20Sales.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de Direito Processual Penal Militar: em tempo de paz**. São Paulo: Saraiva, 2014.